

Goiás luta contra estigma do lixo nuclear

Categories : [Notícias](#)

Brasília - “É mais fácil quebrar um átomo do que quebrar um preconceito”. Foi com essa citação de Albert Einstein que o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), em audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em Brasília, fez menção ao estigma que leva há 24 anos o município de [Abadia de Goiás](#), a 13km de Goiânia.

A cidade de 6,5 mil habitantes é considerada “a cidade do céssio”, depois que passou a armazenar as 6 mil toneladas de lixo radioativo recolhidas das áreas contaminadas pelo acidente com o céssio 137, em 1987, na capital do estado. E a depender da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), essa realidade e essa alcunha irão permanecer.

Abadia é, até o momento, a mais forte candidata a abrigar o depósito permanente de dejetos atômicos das usinas nucleares de Angra I e II. A construção do novo depósito é condicionante obrigatória determinada pelo [licenciamento do Ibama para a usina de Angra III](#), e a CNEN tem até 2014 para definir o local definitivo.

Para tanto, as consultas à sociedade e às instâncias governamentais já começaram. Segundo o presidente da CNEN, Odair Dias Gonçalves, há uma série de fatores técnicos para a escolha do local, mas o município é um dos mais cotados, pois “é o único lugar na América do Sul onde já existe um depósito definitivo. Ele seria apenas ampliado”.

Rejeição em alto e bom tom

A comunidade goiana, porém, rejeita a escolha. Os deputados e governadores presentes na audiência, mesmo que mantendo o tom cordial, foram contra a posição da CNEN. Ronaldo Caiado questionou qual seria de fato a motivação da opção por Abadia, já que os benefícios se restringem a Rio de Janeiro e São Paulo.

Como fator de convencimento, o diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da CNEN, Marcos Nogueira Martins, e Leonam dos Santos Guimarães, assistente da Presidência da Eletrobrás Termonuclear, também presentes na reunião, mencionaram as compensações que a cidade escolhida receberia.

“As compensações são muitas, como royalties, obras de infra-estrutura, hospitais, etc. Mas isso é

competência do governo, e não da Comissão ou da Eletrobrás", afirmou Leonam. A população se pergunta, no entanto, se tais ações de fato "compensam", já que, também segundo ele, a nocividade dos rejeitos só se extingue em 300 anos.

O licenciamento para a construção dos depositórios também prevê a consulta pública, e o presidente da CNEN foi enfático ao dizer que Abadia só será escolhida se houver comum acordo. Mas, oficialmente, a decisão final independe da aceitação da população.

Até o momento, Angra I e Angra II só têm depósitos iniciais para seu lixo, cujo prazo final acaba em 2020. Segundo Marcos Martins, os depósitos finais e iniciais possuem o mesmo nível de segurança, a diferença é que nos primeiros a garantia é de décadas, nos últimos, de séculos.

Seguindo a atual taxa de geração de rejeitos, na qual Angra I produz 124m³/ano e Angra II produz 14m³/ano, as duas juntas devem gerar mais de 5 mil m³ de dejetos até o fim de sua vida útil. Isso sem falar na operação das centrais nucleares, que gerariam cerca de 28 mil m³; outras instalações, que contabilizam cerca de 1,5 mil m³; e do descomissionamento (desativação da usina e recomposição da área nas condições em que foi encontrada), que geraria mais 27 mil m³.

Ou seja, no cálculo total, o lixo produzido até a desativação das usinas seria de aproximados 57 mil m³. O depositório definitivo foi projetado no limite, com capacidade máxima de 60mil m³.

Licença vencida

Na mesma Audiência, o presidente da CNEN aproveitou para informar que nesta semana seria expedida finalmente uma nova Licença de Operação para Angra II, que atualmente está com a LO vencida desde 2000. A declaração parece ter sido precipitada, pois nenhum novo documento foi incluído no processo, na consulta do [licenciamento do Ibama](#).

{iarelatednews articleid="25049,2204,21135,18303,24906"}